

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.01.001

# O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÃO DE EMPREGADORES, PROFESSORES E TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT) - ARAGUAÍNA-TO

*Adriana Rodrigues de Almeida<sup>1</sup>*  
*Fátima Coelho<sup>2</sup>*

## RESUMO

Atualmente um dos grandes desafios para a universidade é a inclusão dos alunos com deficiência e sua transição para o mercado de trabalho, sendo que, o estágio se constitui como meio prático para conduzir esse processo. Nesse sentido, a participação ativa dos docentes e técnicos administrativos da instituição e sua articulação com os empregadores tendo em vista o sucesso de incluir os alunos é fundamental. O estudo apresentado tem como objetivo conhecer as percepções e práticas dos Professores, dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e dos Empregadores da cidade de Araguaína- Tocantins, no que se refere à inclusão dos alunos com deficiência no mercado de trabalho por meio de estágio não obrigatório. No delineamento deste trabalho de investigação, optou-se por um estudo descritivo com uma metodologia de tratamento de dados de tipo misto, Assim a pesquisa foi realizada na cidade de Araguaína e contou com a participação de Professores, Técnicos Administrativo da UFNT e empregadores, com convênios ativos com a referida universidade e que ofertam vagas de

- 1 Graduada do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Especialista em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária/UFT, Mestre em Educação Especial pela Universidade Fernando Pessoa –Portugal. [dri@uft.edu.br](mailto:dri@uft.edu.br)
- 2 Doutora em Intervenção Psicopedagógica e Educação Especial. Docente da Universidade Fernando Pessoa, Portugal, [fcoelho@ufp.edu.pt](mailto:fcoelho@ufp.edu.pt)

estágios. Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram questionários , aplicados através do Google forms. Os resultados encontrados demonstram que, de maneira geral, os Professores, Técnicos Administrativos e Empregadores revelam percepções favoráveis à inclusão dos alunos com deficiência no mercado de trabalho por meio de estágio não obrigatório, porém, observam-se práticas que são verdadeiras barreiras face a inclusão desses alunos. De acordo com a percepção dos participantes, no que diz respeito às práticas que criam barreiras para inclusão dos alunos com deficiência no mercado de trabalho foram identificadas entre outras a baixa formação dos responsáveis pela contratação de estagiários com determinadas problemáticas e o pouco interesse dos profissionais de educação em acompanhar o processo de estágio não obrigatório e a ausência de uma política de interação entre a universidade e as empresas.

**Palavras-chave:** Deficiência, Estágio não obrigatório, Mercado de trabalho e inclusão.

## INTRODUÇÃO

Atualmente entre muitos obstáculos enfrentados pelas universidades, seguramente a inclusão dos alunos com deficiência e sua transição para o mercado de trabalho é um dos processos mais desafiadores, sendo que nesta busca por meios que garanta a inserção social, o estágio como meio prático de colocação profissional desempenha um papel fundamental dentro e além dos muros das instituições.

O ensino superior tem dado passos importantes para implantar ambientes inclusivos, o que torna seus agentes educacionais, nomeadamente os professores e demais profissionais, peças-chaves para se alcançar êxito nesse processo. Assim, estudos variados mostram que as atitudes e práticas inclusivas desses profissionais é, sem dúvida, o segredo para se alcançar cada vez mais a eficácia de uma educação inclusiva (Bota, 2013; Coelho, 2008; Gouveia, 2019; Morgado, 2003).

Neste sentido, o estudo de Souza (2007) acerca da concepção do docente de uma universidade sobre a inclusão educacional de deficientes demonstrou que, apesar destes profissionais serem favoráveis à inclusão desta população, a maioria tem pouco conhecimento do assunto. Esta realidade demonstra que a formação do docente ainda não alcançou de fato este tema.

De acordo com Oliveira et al. (2019) é urgente a implementação de programas de formação de docentes para trabalhar com alunos que apresentam Necessidades Educativas Especiais - NEE (Bertolde & Larchert, 2019) visto que resultará em melhores práticas pedagógicas

Assim neste contexto de inclusão do deficiente no ensino superior e sua transição para o mercado de trabalho, (Pereira et al., 2017; Vieira, 2021) afirma que o mercado de trabalho para a pessoa com deficiência é um tanto complexo e heterogêneo pela dificuldade existente nos conflitos próprios da natureza humana. Desta forma, a inclusão nesse ambiente complexo do trabalho requer, além de atitudes e práticas inclusivas, a implementação de medidas que aprimorem os serviços prestados e garantam uma transição eficaz para o aluno com deficiência.

Calhoas (2017) esclarece que, em Portugal, uma das medidas de apoio à contratação de pessoas com deficiência de acordo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP são os estágios.

Assim, se observa que o estágio pode ser um caminho viável para a colocação no trabalho de aluno com deficiência; porém, a sua realização neste contexto inclusivo requer a participação e articulação de profissionais comprometidos dentro e fora do universo institucional.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral conhecer as percepções e práticas dos Professores, dos Técnicos Administrativos da UFT e dos Empregadores da cidade de Araguaína- Tocantins, no que se refere à inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho por meio de estágio não obrigatório.

Na Universidade Federal do Norte do Tocantins as modalidades de estágio seguem previamente a Lei nº 11.788/2008, que determina, inicialmente, para a realização de estágio, a celebração do termo de compromisso de estágio (Sobrinho, 2014) e a indicação de um professor orientador para acompanhar e avaliar o andamento das atividades de estágio e determina ainda um plano de atividade que será desenvolvido de comum acordo entre as partes: empresa, instituição de ensino e estudante (Sobrinho, 2014; Santos, 2017).

Esta modalidade de experiência com a atividade laboral é uma oportunidade que o aluno tem na graduação de aprimorar conhecimentos e práticas para a sua formação (Oliveira, 2009). Neste sentido, o estágio não obrigatório, é uma porta de entrada para o mercado de trabalho (Oliveira, 2009) visto que posiciona o aluno frente aos desafios que irá enfrentar na sua profissão (Anacleto, 2015).

Assim, pode-se depreender que, tanto a inclusão do aluno deficiente no nível de ensino elevado, como sua transição para a vida laboral é um desafio para professores e alunos. A instituição de ensino superior tem sua responsabilidade neste processo e precisa procurar cumprir a legislação com o apoio e recursos para o acesso e permanência do deficiente no ensino (Borges, 2011), tendo em vista sua promoção para o trabalho (Poker et al., 2018). Embora muitos professores e alunos desconheçam este fato (Souza, 2007).

De acordo com Maurer et al. (2003) o estágio é um meio de aprendizagem adquirida na relação com o trabalho. Esta modalidade de estágio não obrigatório, de acordo com a Lei de Estágio (Sobrinho, 2014) proporciona vantagens de concessão de bolsa-auxílio, auxílio-transporte, recesso remunerado (Santos, 2017), indica a percentagem de 10% das vagas ofertadas pela empresa concedente às pessoas com necessidades especiais, aplicação da legislação relativa à saúde

e segurança e a duração do tempo de serviço por unidade concedente (Lei nº 11.788/2008; Garcia, 2014; Gugel, 2019).

Face ao exposto considerou-se de fundamental importância investigar as práticas e atitudes em processos de inclusão de professores (Gouveia, 2019) e técnicos da Universidade Federal do Norte do Tocantins, bem como de empregadores locais parceiros da UFNT, na transição para a vida laboral de aluno com deficiência, tendo como ferramenta o estágio não obrigatório, para conhecer as barreiras que dificultam a colocação destes no mercado de trabalho.

Participaram um total de 17 pessoas, às quais foi aplicado um questionário para coleta de dados. Os resultados encontrados demonstram que, de maneira geral, os Professores,

Técnicos e Empregadores revelam percepções favoráveis à inclusão dos alunos com deficiência no mercado de trabalho por meio de estágio não obrigatório, porém, observam-se práticas que são verdadeiras barreiras face a inclusão desses alunos.

De acordo com a percepção dos participantes, no que diz respeito às práticas que podem ser barreiras para inclusão dos alunos com deficiência no mercado de trabalho foram identificadas, entre outras, a baixa formação dos responsáveis pela contratação de estagiários com determinadas problemáticas, o pouco interesse dos profissionais de educação em acompanhar o processo de estágio não obrigatório e a ausência de uma política de interação entre a universidade e as empresas.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

A inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho (Anacleto, 2016) é um processo que implica mudanças nas práticas de gestores, docentes, discentes e empregadores (Santos, 2017). Implica ainda que a instituição de ES e empregadores no seu todo (Oliveira, 2009), a vejam não só como um direito social do deficiente, mas como um ganho, uma vez que contribui para que todos aceitem e valorizem as diferenças que nos caracterizam (Gugel, 2019).

Jaime e Carmo (2005) destacam que a inserção do trabalhador com deficiência no seu primeiro emprego resgata não só a sua dignidade, mas favorece uma mudança na qualidade de vida da família (Gugel, 2019).

O facto é que o conceito de inclusão há tempos assumiu um papel fundamental no nosso cotidiano (Gouveia, 2019). Com a publicação da Lei nº13.146/2015



conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o sistema educacional e as políticas públicas do trabalho encontraram-se perante um desafio (Viana, 2018): o de promover e garantir condições de acesso e permanência da PcD no ensino e no trabalho (Garcia, 2014).

Para que essas práticas sejam implementadas é necessário um sistema educacional flexível (Menezes, 2018) às mudanças e políticas de trabalho que alcancem a diversidade e a especificidade do aluno trabalhador (Freire, 2015).

Nos últimos anos pôde-se constatar uma grande diversidade de alunos e de trabalhadores com características e especificidades únicas (Santos, 2019). Atualmente as políticas públicas para a educação e para o trabalho, veiculadas, se baseiam na promoção de práticas inclusivas (Maia & Freitas, 2015, Gouveia, 2019). No entanto, são visíveis os obstáculos para a execução destas jurisprudências (Gugel, 2019). E, dentre os obstáculos, podem-se destacar práticas excludentes de professores e empregadores. Como a isto se refere Menezes (2018, p. 1) “(...) Pais, professores, empregadores e público em geral subestimam as capacidades das pessoas com alguma necessidade específica”.

No Brasil a inserção do deficiente no mercado de trabalho (Perez, 2012), assim como todas as políticas implícitas que a defendem (Gugel, 2019), constituem mais uma utopia do que uma realidade concreta (Sasaki, 1997).

Apesar de existir investigação realizada de atitudes e práticas de agentes profissionais (Rita, 2016; Gouveia, 2019) e empresas face à inserção do deficiente no mercado de trabalho (Azevedo, 2013; Carapinha, 2015; Silveira, 2017; Menezes, 2018), continua a ser importante investigar e refletir sobre as mesmas, descobrindo novos caminhos para uma verdadeira mudança e melhoria da inclusão no trabalho.

Ainda neste sentido, o estudo aqui proposto, parte de uma investigação realizada na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus de Araguaína, no Estado do Tocantins (Oliveira, et al. 2013), Brasil, sobre a percepção dos professores desta instituição e dos empregadores com convênio de estágio (Santos, 2017) ativo, sobre a inserção do aluno do Ensino Superior com deficiência em atividades laborais (Bota, 2013; Gomes, 2021). Este procedimento evidencia a importância destas compreensões, considerando-as como um dos aspectos fundamentais para uma efetiva promoção da inclusão do aluno com deficiência (Azevedo, 2013; Freire, 2015; Santos, 2015, Silveira, 2017). Ainda nesta perspectiva, Garcia (2014) apresentou estudos sobre o impacto significativo da baixa inserção dos trabalhadores deficientes no mercado de trabalho.

Tendo em vista não se ter encontrado estudo realizado na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) neste âmbito, considerou-se pertinente investigar a prática e a percepção dos professores e dos empregadores na transição do aluno deficiente para a vida laboral.

Conforme Tuckman (2000, p. 37) a escolha do problema não segue regras técnicas, embora haja critérios que podem ajudar nesta etapa difícil do processo de estudo. Neste sentido, o autor ainda orienta sobre passos importantes a serem levados em consideração neste processo; “(...) estabelecer uma relação entre duas variáveis”, (...) “a elaboração deve ser clara e sem ambiguidade”, “(...) deve ser testado de forma empírica”, “(...) não se deve representar nenhuma atitude moral ou ética”, “(...) deve ser organizado em forma de questão”.

Desta forma, após várias leituras e pesquisas, entendeu-se ser também necessário conhecer na UFNT a correlação existente entre atitudes e práticas de Professores (Rita, 57 2016; Gouveia, 2019) Técnicos Administrativos e Empregadores para a inserção de estudantes deficientes, no trabalho (Leite & Zabalba, 2012), tendo em vista o contexto de estágio (Santos, 2017), de modo a responder à seguinte questão de investigação: Quais as percepções e práticas de professores e técnicos da UFNT e de empregadores da cidade de Araguaína Tocantins – Brasil sobre a inserção do aluno com deficiência para o mercado de trabalho por meio do estágio?

## **O DESAFIO DA INCLUSÃO E TRANSIÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA PARA O PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR**

Atualmente as atitudes e práticas inclusivas do docente são fator de interesse em pesquisas, o que evidencia a preocupação recente sobre a atuação deste profissional na perspectiva da educação especial e inclusão (Rita, 2016; Mantoan, 2017; Gouveia, 2019). Este cuidado e atenção com o professor e sua prática de ensino é constante em tempos em que a diversidade de alunos em sala de aula alcança patamares de inclusão (Vasconcelos, 2012) em todos os níveis escolares (Camacho et al., 2017).

Para o professor do ensino superior (Leite & Zabalba, 2012) o desafio da inclusão do aluno deficiente e sua transição para o trabalho é um processo ainda incipiente e que carece ainda de incentivos da comunidade acadêmica interna e da comunidade em geral. Poker et al. (2018), Freitas (2019) em seus estudos, concluíram que os professores têm percepção favorável à inclusão,

porém reconhecem que suas atitudes são falhas e sua formação é incipiente nesta área.

Ainda de acordo com o Relatório de Avaliação Institucional da UFT – 2016-2020 (UFT, 2020b), em relação ao desempenho do professor para atuar na formação do aluno cidadão, o documento evidencia que o próprio docente mostra certo descrédito na formação profissional e cidadã ofertada pela instituição. E, ainda de acordo com o mesmo relatório, alunos identificam o despreparo do professor ao tratar da pedagogia de inclusão, salientando que os mesmos necessitam de capacitação para atuar junto à população vulnerável.

Neste sentido os estudos de Carvalho (2015), referem-se a que, para garantir a realização da transição do aluno com deficiência é preciso (Veltrone & Mendes, 2011) a aceitação e ajuda de toda a comunidade educativa e social.

Assim, para além de existir toda uma legislação inclusiva produzida em âmbito nacional para as PcD, nomeadamente, a LBI/2015 e a Portaria no 3.284, de 7 de novembro de 2003 que preveem o acesso ao trabalho e ao ensino superior com condições de permanência prevista com adaptações de equipamentos e instalações, sem a participação do professor, esse processo se torna difícil de se concretizar (Mantoan, 2015; Poker et al., 2018).

As atitudes e práticas inclusivas do professor são fundamentais para o sucesso educacional e profissional do aluno com deficiência (Morgado, 2003; Coelho, 2012; Azevedo, 2013; Poker et al., 2018; Gouveia, 2019). E, para o professor aperfeiçoar sua prática inclusiva no ensino e na transição de aluno com deficiência para o trabalho a sua formação neste cenário é de fundamental importância.

Em relação à formação do professor, Poker et al., (2018), inclusive em seu estudo, identificaram que os professores do ES, na sua maioria, têm graus de formação de mestrado e doutorado em áreas diversas; no entanto, poucos tiveram acesso a essas formações e conteúdos relacionados à inclusão do deficiente. Ainda de acordo com as autoras, esses profissionais têm conhecimento de aspectos legais, filosóficos e conceituais sobre a educação inclusiva o que evidencia que a formação do docente (Vieira & Omote, 2021) neste nível não contempla a prática pedagógica em sala de aula (Calixto et al., 2020) e inclusão.

Sobre este ponto, Morina et al. (2015) concluem, em seus estudos, que o professor de nível superior deve estar capacitado para atender à necessidade do aluno com deficiência. A qualificação do professor, assume-se como de fato importante na promoção e concretização da educação inclusiva e social



(Glat & Pletsch, 2010; Morgado, 2010; Prais & Rosa, 2017). De acordo com Villar (1993) o professor é uma peça fundamental, sem sua participação efetiva no âmbito educacional nenhuma inovação ou mudança poderá acontecer. Desta forma, o conhecimento das questões relacionadas à inclusão e à mudança de concepção do professor podem fazer a diferença neste cenário.

Neste sentido, o estudo de Souza (2008) acerca da concepção do docente de uma universidade sobre a inclusão educacional de deficientes demonstrou que, apesar destes profissionais serem favoráveis à inclusão desta população, a maioria tem pouco conhecimento do assunto. Esta realidade demonstra que a formação do docente ainda não alcançou de fato este tema. De acordo com Oliveira et al. (2019) é urgente a implementação de programas de formação de docentes para trabalhar com alunos que apresentam NEE (Bertolde & Larchert, 2019) visto que resultará em melhores práticas pedagógicas.

Assim, pode-se depreender que, tanto a inclusão do aluno deficiente no nível de ensino elevado, como sua transição para a vida laboral é um desafio para professores e alunos. A instituição de ensino superior tem sua responsabilidade neste processo e precisa procurar cumprir a legislação com o apoio e recursos para o acesso e permanência do deficiente no ensino (Borges, 2011), tendo em vista sua promoção para o trabalho (Poker et al., 2018). Embora muitos professores e alunos desconheçam este fato (Souza, 2008).

Diante do exposto se conclui que a inclusão do aluno com deficiência no ensino (Macedo, 2021) superior ocorre de maneira ainda incipiente e, conseqüentemente, a transição deste aluno para o mercado de trabalho. Há ainda muitas barreiras e desafios para o professor, aluno e a instituição de ensino superior (Junges & Behrens, 2015) que precisam ser discutidas e aprimoradas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa do tipo descritiva teve a participação de Professores, Técnicos Administrativos da UFNT e Empregadores da cidade de Araguaína.. No primeiro momento foram realizados contatos telefônicos com os participantes explicando o teor da pesquisa e informando sobre o termo de livre consentimento para realização dessa investigação.

Após esse primeiro contato foram enviados os formulários para coleta de dados, estes formulários foram criados no Google Forms e continham perguntas abertas e fechadas. Dentre as formas de perguntas aplicadas podem

ser testadas estatisticamente aquelas com respostas fechadas e de múltipla escolha, pois suas respostas são limitadas ou de alternativas fixas (Gil, 2008).

Desta forma, as respostas obtidas foram sumarizadas na forma de Tabelas de Contingência  $M \times N$ . Um caso particular de Tabela Contingência é a  $2 \times 2$  usada para sumarizar as combinações de amostras de duas variáveis dicotômicas, isto é, variáveis que têm exatamente dois valores possíveis tais como: 0 ou 1, presente ou ausente, sim ou não, masculino ou feminino, entre outras. Quando a Tabela de Contingência é  $M \times N$  significa que há várias categorias possíveis de respostas como no caso de múltiplas respostas ou ainda de múltiplas categorias de participantes, como no contexto desta pesquisa .

Neste caso temos uma tabela  $3 \times 2$  na qual podemos aplicar o teste exato de Fisher (1970) para tabelas  $M \times N$  (envolvendo uma variável com  $M$  categorias e outra variável com  $N$  categorias). Segundo Giolo (2017), o Teste Exato de Fischer (1970) para tabelas  $M \times N$  é mais adequado quando o tamanho amostral não é suficientemente grande; no contexto, a existência de valores esperados menores que 5 na tabela de contingência  $M \times N$  nos motivou a escolha pelo referido Teste. Assim, as respostas foram analisadas para se chegar a um resultado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos foram relacionados com os objetivos específicos e geral, depois discutidos e os resultados concluíram que o sucesso para a inclusão do aluno com deficiência no meio laboral dependerá, em grande parte, das concepções e atitudes que os professores e empregadores demonstrarem em relação à inclusão, tendo a prática do estágio como uma ferramenta para auxiliar neste processo.

Deste modo, constatou-se que, em geral, os professores, técnicos e empregadores que fizeram parte da amostra deste estudo, evidenciam percepções e práticas favoráveis à inclusão do aluno com deficiência no meio laboral por meio dos estágios não obrigatórios. Porém existem práticas dos intervenientes que podem ser consideradas entraves e, se não revistas, podem dificultar todo o processo de transição do aluno com deficiência da UFNT para o mercado de trabalho.

Como uma maior participação e acompanhamento nos processos de estágio não obrigatório, além da necessidade de uma política de inclusão articulada entre os setores, Coordenação de Curso e Central de Estágio da UFNT.

No que se refere aos empregadores, em sua maioria, apresentam aceitabilidade favorável à contratação de alunos com deficiência por meio de estágio não obrigatório, mas existem práticas de não contratação de deficientes que precisam ser avaliadas, o que uma política de interação entre a UFNT e as empresas poderia auxiliar neste processo de inclusão

Assim, constatou-se também que os professores e técnicos consideram importante e viável o trabalho em parceria da Coordenação de Curso e a Central de Estágio para inserção do aluno com deficiência no mercado de trabalho. Parece ser entendida pelos docentes e servidores técnicos que esta estratégia é a mais assertiva para a colocação no mercado de trabalho do aluno com deficiência.

As conclusões sugerem ainda que a maioria dos empregadores tem percepções, favoráveis à inclusão do aluno com deficiência, pois estão abertos à contratação destes alunos. Porém observa-se ainda, pela análise das respostas, que os profissionais responsáveis pela contratação de estágio têm pouca ou nenhuma experiência na área de inclusão social. Esta prática pode ser causa de empecilhos que podem dificultar o processo de inclusão.

Com base em toda a revisão sistemática que foi realizada, nota-se que o estágio não obrigatório, além de promover a integração entre a empresa e a universidade, é fundamental para a formação profissional do aluno, sendo uma oportunidade para adquirir experiência e relacionamentos profissionais.

Além, dos benefícios que os estágios, especialmente o estágio não obrigatório, podem gerar para os discentes, observa-se que, quando se refere a alunos com deficiência, nem sempre os processos ocorrem como determina a lei. A partir do questionamento e respostas, podemos inferir que os representantes das empresas conhecem o que diz a legislação, porém, nem todas as empresas abrem vagas de estágio para tais estudantes. Isto não significa que, necessariamente, as empresas não sigam as leis, mas os resultados apontam para a necessidade de uma maior interação entre a universidade e a empresa, tendo em vista clarificar possíveis entendimentos negativos a respeito do contrato de alunos com deficiência.

Um outro ponto que se destacou durante este estudo é a necessidade de articulação interna, no caso entre a Central de Estágios e as Coordenações de Curso da UFNT tendo em vista o acompanhamento de estágio não obrigatório para aluno com deficiência. Os participantes concordam que esta articulação deve ocorrer e a esperança reside no processo de reestruturação da UFNT em

que é esperado que, com os novos regulamentos, as políticas de estágio sejam revistas e alcancem de fato o aluno com deficiência e sua inclusão por meio de estágio no mercado de trabalho.

Esta pesquisa teve um cunho inovador no cenário em que se insere e, embora a pandemia e o tempo para a produção da pesquisa tenham impossibilitado uma explicação mais ampla do assunto, sem dúvida levantaram-se elementos para trabalhos futuros. Espera-se, por exemplo, a produção de um artigo, ou, em nível de doutoramento, avançar com esta análise, consultando, por exemplo, a perspectiva do acadêmico com deficiência e sua realidade na UFNT.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições de ensino superior tem vindo a adaptar-se a cenários cada vez mais diversos de alunos com características específicas, o que torna as mudanças de atitude e práticas pedagógicas e estruturais uma necessidade para a inclusão e transição do aluno com limitação.

Essas mudanças de atitudes e de práticas pedagógicas requerem uma formação dos profissionais envolvidos neste processo de inclusão e transição de aluno com deficiência para o mercado de trabalho. Além dessa capacitação é possível formar grupos na instituição que busquem interagir com empregadores no sentido de criar parcerias e oportunidades de empregos para este público que muitas vezes são colocados à margem porque não atendem a requisitos que são elaborados para um público que certamente não são os deficientes.

Os estágios não obrigatórios são ferramentas importantes para a colocação no mercado de trabalho dos alunos com ou sem deficiência, mas o sucesso dessa inclusão ainda está atrelada a muitas barreiras internas e externas à universidade.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Márcia Maria Pacheco de Sousa. Transição para a Vida Ativa de Jovens com Necessidades Educativas Especiais na Ilha de S. Jorge. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

ANACLETO, Mônica de Oliveira. O contrato de estágio previsto na Lei n. 11.788/2008: estudo sobre a possibilidade do reconhecimento do vínculo de emprego nos Tribunais Regionais do Trabalho da Região Sul do Brasil. Monografia de Graduação, Universidade do Extremo sul Catarinense. 2016

BORGES, Maria Aparecida. A inclusão de alunos com deficiência em cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista. 2011

BERTOLDE, Fabricia Zanelato; LARCHERT, Jeanes Martins. Alunos com deficiência no ensino regular: Matrícula e prática docente. **Colóquio do Museu Pedagógico- ISSN 2175-5493**, v. 13, n. 1, p. 498-502, 2019. horizonte: RTM Editora.

BOTA, Lílíana Maria Correia Pires da Cova. **A transição para a vida pós escolar de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas básicas dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário no concelho de Faro**. 2013. Tese de Doutorado. [sn].

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; MARQUES, Antônio Luiz. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, p. 59-78, 2007.

CALHOA, Vânia Catarina Alegre. **A inclusão social de jovens com deficiência e incapacidade: o centro de reabilitação profissional como mediador?**. 2017. Tese de Doutorado. Instituto Politecnico de Leiria (Portugal).

CAMACHO, B. M, LOPEZ-GAVIRA R., DIEZ, A. M. . A sala de aula ideal da universidade: histórias de alunos com deficiência. *International Journal of Educational Research*,. 85, pp. 148–156. (2017)

COELHO, Maria de Fátima Paiva dos Santos. **As atitudes dos professores do ensino básico, face à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na sala de aula**. 2008. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal). doutoramento, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da Universidade Federal de São Carlos.



DE SOUZA PRAIS, Jacqueline Lidiane; DA ROSA, Vanderley Flor. A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 57, p. 129-143, 2017.

Fânzeres, L., Cruz–Santos, A., & Santos, S. (2019). Plano Individual de Transição: Percurso de Sucesso para Alunos com Necessidades Educativas Especiais. *Revista Educação Especial em Debate*, 4(8), pp. 5–21.

Fânzeres, L., Santos, A. C., e Santos, S. (2016). O processo de transição para a vida adulta dos jovens com NEE em Portugal. *Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, 18(2), pp. 32–56.

FÂNZERES, Luís José Leite Teixeira. **Transição para a vida adulta de alunos com necessidades educativas especiais: Percursos de formação no sistema educativo português**. 2017. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho (Portugal).

Fisher, R. A. (1970). *Statistical methods for research workers* (14ª ed.). Oliver & Boyd, Edinburgh, London.

GARCÍA, Vinicius Gaspar. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, p. 165-187, 2014.

GOMES, Tânia do Amaral. **Transição para a vida pós-escolar de alunos com NE em Limeira/SP-possibilidades e desafios**. 2021. Tese de Doutoramento. Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

GOUVEIA, Cátia Sofia Pinto. **Atitudes e práticas dos professores do 2.º e 3.º ciclos face à inclusão de alunos com Necessidades Educativas na sala de aula, da rede pública e privada da Região Autónoma da Madeira**. 2019. Tese de Doutoramento. Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

GUGEL, Maria Aparecida. **Diálogos aprofundados sobre os direitos das pessoas com deficiência. Belo Horizonte/:** A pessoa com deficiência refletida nas normas internacionais, nas constituições, nas leis e de como a sociedade evoluiu. 1. ed. Belo Horizonte - MG: RTM, 2019.

JUNGES, KELEN, D. S. e BEHRENS, Marilda A. (2015). Prática docente no Ensino Superior: a formação pedagógica como mobilizadora de mudança. *Perspectiva*, 33(1), 285–317

KALUME, P. A. Deficientes: ainda um desafio para o governo e para a sociedade: habilitação, reabilitação profissional e reserva de mercado de trabalho. São Paulo/SP: LTr Editora. (2006)

MAIA, Andréia Maria de Carvalho; CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. O trabalhador com deficiência na organização: um estudo sobre o treinamento e desenvolvimento e a adequação das condições de trabalho. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 21, p. 689-718, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MAURER, T., Weiss E., BARBEITE, F. (2003). Quality and curriculum authority. *Journal of Applied Psychology*, 88(4), pp. 707–724

MENEZES, Ana Paula Corrêa de. A transição para a vida pós-escolar de jovens com necessidades educativas especiais: a visão da escola. Dissertação, Universidade de Porto. 2018.

MORGADO, José. Os desafios da educação inclusiva: fazer as coisas certas ou fazer certas as coisas. **Educação especial e inclusão**, p. 73-88, 2003.

MORINA, A., Cortés-Vega, M. D, & Molina, V. M. E se pudéssemos imaginar a faculdade ideal? Propostas de melhoria por estudantes universitários com deficiência. *Docência e formação de professores*, (2015) 52, pp. 91–98.

DE OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes et al. A formação do professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 15, n. 4, p. 230-250, 2019.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Estágios para Universitários: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses. 2009.

PEREIRA, Carlos Eduardo Candido; BIZELLI, José Luís; LEITE, Lúcia Pereira. Organizações de ensino superior: inclusão e ambiente de trabalho. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 99-115, 2017.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 127-134, 2018.

RITA, Ana Cristina Vargas. **Atitudes e práticas de professores do ensino secundário face à inclusão de alunos com Currículo Específico Individual**. 2016.

Tese de Doutorado. Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

SANTOS, Efigênia Lúcia de Oliveira. **O estágio curricular supervisionado como forma de intervenção para a capacitação profissional**. 2017. Tese de Doutorado.

SOBRINHO, Zéu Palmeira. O contrato de estágio e as inovações da Lei 11.788/2008. **Revista Ltr. a**, v. 72, 2014.

SILVEIRA, Marta Marina Almeida da. **Desafios à inclusão social de jovens com deficiência**. 2018. Tese de Doutorado.

SOUZA, Raquel Aparecida et al. Da UNITINS à UFT: modelos e práticas gestoriais na educação superior do estado do Tocantins no limiar do século XXI. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

VIANA, Eder de Souza. Inclusão, integração ou inserção de pessoas com deficiência: Um estudo em uma organização pública e uma organização privada da cidade de Rio Branco-Acre. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

VASCONCELOS, Cristina Raquel Melo. **Formação de Professores e Educação Inclusiva: uma perspectiva de docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico na ilha de S. Miguel**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes sociais de professores em relação à inclusão: formação e mudança. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

VILLAR, A. M. Inovação e mudança na reforma educativa. Porto: Edições Asa. (1993)